

Nenhum dos candidatos quer manter a Funai

Vença Lula ou vença Collor, a Funai — Fundação Nacional do Índio está com os dias contados. O órgão está na mira para ser extinto pelos dois candidatos, mas por motivos bem diferentes. As explicações foram dadas ontem à tarde na Subcomissão do Índio, da Câmara dos Deputados, onde representantes do PRN e da Frente Brasil Popular estiveram debatendo a convite dos deputados.

Segundo Otaciano Nogueira, que veio pelo PRN, no programa de Collor — elaborado com a ajuda de Apoena Meirelles, ex-presidente da Funai — consta a extinção do órgão e sua substituição por entidades regionais. O advogado Paulo Guimarães, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário — Cimi, falou pela Frente, que a Fundação seria extinta por causa da política, que emprega. Em seu lugar surgiria um outro órgão, com novo direcionamento.

O representante de Collor argumentou que a descentralização segue a filosofia do candidato. "É uma questão fundamentalmente política", disse. Pelo programa do partido, a preservação da cultura indígena e do meio ambiente seria paralela. Seria implantada uma política que "permita a preservação dos valores com a exploração não predatória dos recursos das regiões", garantiu. Para cuidar desta preservação seriam criados órgãos estaduais, que trabalhariam em conjunto com entidades municipais. "Criaremos políticas indigenistas específicas para cada região", declarou Nogueira.

O representante da Frente, Paulo Guimarães, reclamou surpreendente generalidade do pro-

jeito de Collor. Ele criticou a atuação de Meirelles na direção da Funai, durante o governo José Sarney. "Ele pregou a descentralização mas centralizou ainda mais o órgão", disse Guimarães. Meirelles teria transferido para o programa de Collor a tentativa frustrada durante sua presidência da Fundação. O assessor do Cimi ainda criticou a submissão de Meirelles ao controle dos militares.

Aliás, a influência dos militares na política indígena seria um dos motivos da extinção da Funai. "Desde 1910, com a criação do Serviço de Proteção do Índio, que os militares vêm implantando uma política integracionista, que visa a integrar o índio no sistema econômico", recordou Guimarães. "Em 1977, em meio a sérios problemas de corrupção, com terras indígenas sendo vendidas, riquezas roubadas, extinguiu-se o SPI e criou-se a Funai", completou. Por causa destes vícios de origem que, ainda existiriam, a Fundação deveria ser extinta. O futuro presidente não poderá fazê-lo por decreto ou portaria. Terá de apresentar projeto neste sentido no Congresso.

A Frente Brasil Popular quer colocar no lugar da Funai outro órgão, que permitisse uma maior participação das comunidades indígenas e livrasse a pressão dos militares. As obras em terras dos índios — hidrelétricas, estradas, etc — seriam paralisadas, e suspensos os projetos que estivessem repercutindo na política indigenistas, como o Calha Norte, Pólo Noroeste, Carajás, Nossa Natureza. O que estivesse prejudicando as culturas das tribos seriam redirecionados.

OAB debate extinção no Pará

Belém — O superintendente regional da Funai no Pará, Dinarte Nobre de Medeiros, reagiu com indiferença à proposta da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), através do presidente do Conselho Federal, Ophir Cavalcante, de que a Funai deve ser extinta "por ser um órgão que não tem protegido o interesse dos índios brasileiros". A extinção vai ser debatida pela OAB e órgãos internacionais do mesmo naipe, a partir de hoje no Simpósio Internacional do Direito Ambiental e a Questão da Amazônia que acontecerá no Centro Cultural Tancredo Neves (Centur) em Belém, durante dois dias.

Ophir Cavalcante assegura que a extinção da Funai é necessária porque ela não tem protegido o interesse dos índios e sim somente o daqueles que estão à sua frente. E sugere ele que é preferível transferir toda a responsabilidade da entidade para outra que pode ser o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Dinarte Nobre, entretanto, garante que extinguir a Funai não resolve o problema. Ele não é contra a extinção porque "o nome do órgão que fica com a responsabilidade, não importa". Para o superintendente Regional da Funai, "o que importa é a filosofia de trabalho" que vem sendo feito em prol das mais de 20 tribos indígenas existentes em aproximadamente 20 milhões de hectares de terras compreendidas no Pará, Maranhão e Amapá.

Afirma Dinarte Nobre que o

Estatuto do Índio é perfeito mas que não vem sendo cumprido por falta de respaldo político, financeiro e jurídico. Lembrou que a Secretaria de Planejamento do Governo Federal cortou em 50 por cento o orçamento da Funai este ano e que o "grupão", formado por membros da própria Funai, Incra, Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Secretaria de Segurança Nacional e outros órgãos interligados ao Ministério do Interior, vêm se tornando uma barreira para as pretensões da Funai em apoio ao índio. Além disso, argumenta Dinarte, não adianta transferir a responsabilidade da Funai para o Ibama, principalmente, porque este órgão não resolve seus próprios problemas e por isso não tem meios para resolver o problema dos outros.

Não nega Dinarte Nobre que existem muitos índios descontentes com o trabalho da Funai, mas que isso é uma minoria, lembra, por outro lado, que existem muitas tribos em situação considerada excelente enquanto outras passam dificuldade como é o caso da comunidade Também, alocada em áreas dos municípios paraenses de Capitão Poço e Viseu, que vêem suas terras invadidas por madeireiros que retiram da área 90 por cento da produção global sem que o Ibama tome providência e sem que a Funai possa fazer alguma coisa para impedir, por falta, exatamente, de apoio não só político como financeiro e jurídico.

Com Ibama, 40 focos de atrito

O presidente José Sarney já autorizou um estudo para compatibilizar as legislações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), principalmente no que diz respeito às atividades de garimpo em áreas indígenas. A afirmação é do presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, feita aos representantes de 35 entidades ambientalistas, reunidas em um encontro na sede do órgão, em Brasília.

Conforme Mesquita, em recente

reunião entre representantes do Ibama e da Funai, foram detectadas 40 áreas de atrito nas atividades dos dois órgãos. Com relação ainda à questão do garimpo, o presidente do Ibama disse que a solução passa ainda por uma reforma agrária adequada. O garimpo, segundo Mesquita, além de com frequência degradar a relação homem-meio ambiente, é atualmente um grande foco de tráfico de tóxicos. "Eu comprovei a troca de cocaína por ouro", assegurou o presidente do Ibama.